



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

CRISTINA MAGDA ANGELO DE ALMEIDA NASCIMENTO

PLANO DIRETOR: Necessidades de implantação em cidade turística.

Brasília – DF

Abril/ 2019

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

PLANO DIRETOR: Necessidades de implantação em cidade turística.

Projeto apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Eline dos Anjos
PLANO DIRETOR: Necessidades de implantação em cidade turística.
Cristina Magda Angelo de Almeida Nascimento

Brasília – DF
Abril/ 2019

NASCIMENTO, Cristina Magda Angelo de Almeida.

Plano Diretor: Necessidades de implantação em cidade turística. – Universidade de Brasília, Orientadora: Prof. Eline dos Anjos Nogueira Martins. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Alto Paraíso - GO, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Planejamento

2. Sustentabilidade

3. Cidade Turística

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

PLANO DIRETOR: Necessidades de implantação em cidade turística.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Cristina Magda Angelo de Almeida Nascimento

Titulação, Eline dos Anjos Nogueira Martins
Professor-Orientador

Titulação, Meire Cristina Cunha
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019

Dedico este trabalho a Deus, Criador, que se faz presente em minha vida, meu refúgio e fortaleza. Sua luz divina me faz questionar a realidade e olhar para o mundo sempre propondo novas possibilidades.

Agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza, onde sempre encontrei respostas para os meus problemas.

Agradeço a familiares e amigos pelo apoio e carinho ao longo dessa jornada.

Agradeço a todos os professores da Academia de Ensino Superior por contribuírem com meu crescimento, obrigada pelo conhecimento transmitido, e por estarem sempre dispostos a nos atender.

As questões físico-territoriais, econômicas, financeiras, políticas, socioambientais e de gestão tem constantemente desafiado os municípios, requerendo um avanço nas técnicas de planejamento até então desenvolvidas pelo governo local. (RESENDE 2007, pág. 03)

RESUMO

Este trabalho apresenta a investigação da necessidade de implantação do Plano Diretor em cidade com grande potencial turístico, este planejamento é essencial para que a cidade possa se desenvolver com a ajuda de um conjunto de Normas legais e diretrizes técnicas, sob os aspectos físicos, social, econômico e administrativo visando o bem-estar da sociedade local. Tem como premissa o questionamento: porque é necessária a elaboração e implantação do Plano Diretor no município de São João d'Aliança - GO? Porque desenvolverá a consciência na importância da construção de desenvolvimento da cidade e trará melhorias de infraestrutura e urbanização em eventuais na cidade com potencial turístico. Tem como objetivo principal discernir sobre a necessidade da elaboração e implantação do Plano Diretor em uma cidade do interior Goiano com atrativos turísticos, além de, identificar a realidade turística do município de São João d'Aliança – GO, analisar problemas de infraestrutura na cidade que revela a necessidade da implantação do Plano Diretor, e levar a percepção do leitor à necessidade do Plano Diretor para cidades com interesse turístico. A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Envolve procedimentos de busca de informações e dados disponíveis em publicações, teses, livros e artigos. Concluiu-se que o planejamento e o desenvolvimento sustentável são de suma importância para que a cidade possa crescer favorecendo o bem-estar de toda a sociedade local.

1. Planejamento

2. Sustentabilidade

3. Cidade Turística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1 – Cachoeira Label 1.....	19
Figura 2 - Cachoeira Label 2.....	20
Figura 3 – Cachoeira Label 3.....	21
Figura 4 – Gruta Bocaina 1.....	22
Figura 5 – Gruta Bocaina 2.....	23
Figura 6 – Gruta Bocaina 3.....	24
Figura 7 – Gruta Bocaina 4.....	25
Figura 8 – Cachoeira Label 4.....	39
Figura 9 – Cachoeira Label 5.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de crescimento Urbano e Rural.....	26
Tabela 2 - Quadro demonstrativo de metodologia de pesquisa.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDM – Plano Diretor Municipal

PD – Plano Diretor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Planejamento e Pesquisa Aplicada

ANPUR - Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

ONU - Organizações das Nações Unidas

RDH - Relatório para o Desenvolvimento Humano

PNUD- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

IES - Índice de Exclusão social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1		
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	144
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36
	GLOSSÁRIO.....	36
	ANEXOS.....	39
	ANEXO A - Cachoeira Label.....	39
	ANEXO B - Cachoeira Label.....	40

1 INTRODUÇÃO

O Plano diretor em cidades com potenciais turísticas é de grande importância para seu desenvolvimento, pois, possibilita garantias sociais e bem-estar dos habitantes.

A sociedade está em constante mudança, as cidades crescem a cada dia mais ao longo dos anos. Nos anos 50 acontece um intenso movimento de industrialização, assim há uma migração das pessoas para as cidades em busca de trabalho e melhor qualidade de vida, com a implantação das novas políticas criou o Ministério da Justiça, a Justiça do Trabalho, regula as atividades profissionais e a estrutura sindical com o imposto único. Criou instituições que atuaram nos campos da educação formal, do teatro, da música, do livro, do rádio, do cinema, do patrimônio cultural, da imprensa. Abriu espaço para um crescimento real das cidades.

Com o crescente desenvolvimento das cidades surgem documentos de Lei que visam melhorar o crescimento ordenado das cidades, destaca-se o Estatuto das cidades e o Plano Diretor.

O estatuto das cidades vem trazer garantias para as pessoas de segurança e bem estar social, e equilíbrio ambiental. O estatuto estabelece normas de ordem publica e resguarda interesses coletivos. Devido a movimentos populares no período de elaboração da constituição de 1988, tornou-se um símbolo ao se tratar pela primeira vez em seu texto das cidades e também da participação popular nas decisões. Assim, em seus artigos 182, 183 representa uma conquista aos que lutaram pelas cidades, habitação e serviços públicos de qualidade. Foi instituído pela constituição de 1988 no artigo 182, e incita a obrigatoriedade para cidades com mais de 20 mil habitantes, com intuito de ser instrumento básico na politica de desenvolvimento e expansão urbana. E através de embates e discussões passaram a construção de instrumento legislativo que pudesse tratar especificadamente da politica urbana, constituído como estatuto da cidade, ele reúne importantes dispositivos que podem garantir a efetividade do plano diretor no município, o estatuto é responsável pelo estabelecimento da politica urbana na esfera municipal.

O Plano Diretor caracteriza modelo de Gestão para um determinado município, nele explica as características e suas necessidades, e planeja novas mudanças de procedimentos interno da Prefeitura e uma nova relação de Governo e sociedade para cumprir projetos sociais e monitorar e avaliar os rumos que cada política pública irá tomar. Foi instituído pela constituição de 1988 no artigo 182, e incita a obrigatoriedade para cidades com mais de 20 mil habitantes, com intuito de ser instrumento básico na política de desenvolvimento e expansão urbana.

Segundo PINHEIRO (2010, pág. 10):

Estamos vivendo um novo momento em que é preciso reaprender a planejar para romper com a forma injusta e insustentável de fazer cidades no Brasil. Sabemos que é um grande desafio pela complexidade do tema, pela fragilidade das administrações, pelos interesses de toda ordem que incidem sobre a terra urbana e sobre os investimentos públicos.

Dessa forma, o autor ressalta a importância do planejamento na construção ou no crescimento das grandes cidades. É necessária uma visão ampliada sobre a realidade do seu município, entender a lógica social e política dos espaços urbanos para que possa haver uma fiscalização e controle que irão incentivar os gestores a intervir positivamente na realidade.

É obrigatoriedade, segundo a Constituição Federal, que cidades com mais de 20.000 habitantes tenha elaborado o Plano Diretor:

O estatuto ampliou esta exigência para cidades de qualquer porte integrantes de regiões metropolitanas e aglomerado urbanos; ou integrantes de áreas de especial interesse turístico; ou inseridas nas áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativos impactos ambiental de âmbito regional ou nacional. E para todas aquelas que pretendam enfrentar os problemas gerados por vazios urbanos e pela retenção especulativa de terra urbana. (Pinheiro. 2010, pág. 63)

Com a ampliação das obrigatoriedades da elaboração do Plano Diretor em cidades com interesse turístico, trará melhorias de infraestrutura e urbanização em eventuais cidades com potencial turístico. Para fazer um Plano Diretor é necessário o levantamento dos dados do município, trazendo uma profunda consideração da realidade local. Assim para trazer essas características é necessário estudos e

análises sobre dimensões sociocultural, dimensões econômicas, dimensões geoambiental (físico-territorial e ambiental) e dimensões políticos-institucional. E por fim, para constituir o documento, é necessário passar pela minuta dos instrumentos legais, a constituição de Leis.

O Plano Diretor vem trazer uma expectativa de mudança e traz as situações desejadas para o desenvolvimento municipal, bem como tendo os objetivos no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável como visão integrada dos aspectos: Ambiental; Econômico; Social; Urbanístico; E de gestão.

E assim, visa:

- o fortalecimento do enfoque ambiental local no manejo dos sistemas ambientais;
- a incorporação do desenvolvimento sustentável integrado nas políticas locais;
- o fortalecimento da educação e da capacitação;
- a consulta e comprometimento dos atores locais;
- o fazer alianças com os promotores econômicos das cidades;
- e
- o monitoramento permanente dos progressos até a sustentabilidade. (Plano Diretor, 2006. Pág. 154)

Os objetivos gerais do Plano Diretor:

- I – assegurar o desenvolvimento econômico, social, cultural e físico do Município e a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à melhoria da qualidade de vida e o bem estar da coletividade; I
- I – fortalecer a posição do município na região;
- III – promover a articulação da gestão do Município aos planos e projetos nacionais e regionais;
- IV – instituir as formas de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada na elaboração e execução dos projetos de interesse público que dinamizem o setor produtivo;
- V – estabelecer o macrozoneamento, definindo as normas gerais de proteção, recuperação e uso do solo no território do Município. (Plano Diretor, 2006. Pág.12)

O Plano Diretor do município caracteriza um novo modelo de Gestão, nele explica as características do município e suas necessidades, e assim planeja novas mudanças de procedimentos interno da Prefeitura e uma nova relação de Governo e sociedade para cumprir projetos sociais e monitorar e avaliar os rumos que cada política publica irá tomar.

A cidade de São João d'Aliança no estado do Goiás, Portal da chapada dos veadeiros, não possui Plano Diretor, é uma cidade de pequeno porte, que possui lindas cachoeiras. À 70 quilômetros desta cidade está Alto Paraíso de Goiás, cidade muito conhecida pelos seus atrativos turísticos e que possui um Plano Diretor. Diante dessa premissa fica o questionamento: Porque é necessária a elaboração e implantação do Plano Diretor no município de São João d'Aliança - GO? Esta questão será questionada e respondida ao longo deste trabalho.

O Objetivo Principal do trabalho é revelar a real importância do Plano Diretor em uma cidade do interior Goiano com atrativos turísticos. Além disso, é necessário: Identificar a realidade turística do município de São João d'Aliança – GO; Analisar problemas de infraestrutura na cidade que revela a necessidade da implantação do Plano Diretor; Levar a percepção do leitor à necessidade do Plano Diretor para cidades com interesse turístico.

Tem como metodologia em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Envolve procedimentos de busca de informações e dados disponíveis em publicações, teses, livros e artigos. Serão apresentados dois capítulos: o primeiro condiz em relatar o município de São João D'Aliança com um grande potencial turístico, revela pontos turísticos recentemente explorados por turistas de todo o mundo, além de mostrar a estrutura físico-territorial com falhas de planejamento. O segundo capítulo relata as dificuldades que as cidades encontram em planejar, traz ainda as estratégias, ações e objetivos do Plano diretor, além de salientar a importância do planejamento das cidades para um desenvolvimento ordenado que viabilize o bem-estar da população local.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho evidencia a necessidade da implantação do Plano Diretor Municipal em cidades com respectivo potencial turístico. O PDM se apresenta como instrumento básico para o planejamento municipal urbano, que é valorizado pela política urbana em momentos da história nos anos 1990 e 2000, além da Constituição de 1988 que repassa para o plano diretor a implementação da função

social da propriedade. Os municípios necessitam de fontes confiáveis e seguras de financiamento para o desenvolvimento urbano e rural indispensável para que possam se manter e expandirem de forma adequada e democrática, assim, é preciso enfrentar desafios para que possam instituir forma de planejamento e controle do território municipal, utilizando potenciais e limites do seu meio físico, para abrir potencialidades de exigências de redes de transportes e logística do território. Planejar democraticamente o futuro da cidade incorporando na discussão os agentes diversos sociais, econômicos e políticos que a compõe, buscando compromissos e definindo ações prioritárias, esses são desafios impostos pelo estatuto das cidades que podem ser analisados e solucionados através da execução do PDM.

Os princípios que norteiam o plano diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, onde esse plano está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. É obrigatório para os municípios: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. (Resende e Ultramari. Pág. 265. 2007.)

O Plano Diretor são estratégias e ações que tem o objetivo de proporcionar melhorias físico-territoriais no perímetro urbano do município atendendo a demanda da população. É necessária a execução do Plano diretor no município para que possa se desenvolver sustentavelmente. A gestão Pública municipal responsável por toda ação que envolve o patrimônio pertencente à população local deve planejar ações adequadas as características e necessidades que o município carece para fornecer o bem-estar e qualidade de vida aos seus habitantes.

A tarefa de Planejar a cidade passa a ser função pública que deve ser compartilhada pelo Estado e pela sociedade – co-responsáveis pela observância dos direitos humanos e pela sustentabilidade dos processos urbanos. A gestão democrática é o método proposto pela própria lei para conduzir a política urbana. (RIBEIRO, 2003. Pág. 96)

A sociedade está em constante mudança, e esses avanços devem fazer parte da forma de gestão pública, tanto o planejamento, a sustentabilidade, o controle, e a organização devem ter a participação de outras gestões superiores, e

também a sociedade que é a maior interessada e principal beneficiada, assim, o planejamento e fiscalização das ações da cidade deve ter participação da sociedade e do Estado para que sejam conduzidas sem falhas, desperdícios ou desvios.

O plano Diretor é plano em virtude de prever os objetivos a serem alcançados, o prazo em que estes devem serem atingidos (muito embora o plano, em geral, não precise fixar prazo no que concerne às diretrizes básicas), as atividades a serem implementadas e quem deve executá-las. É diretor por fixar as diretrizes do desenvolvimento urbano do município. (SILVA. 2000, Pág. 74)

Apesar do PD elaborar estratégias e diretrizes com o objetivo de desenvolver o espaço físico e territorial do município dentro do prazo pré-determinado, o prazo não é obrigatório ser estipulado, porém através do planejamento é possível prever quando será realizado e concluído. Suas propostas são transparentes podendo, a população, analisar a qualidade e a forma dos serviços prestados. Meirelles explica sobre a implantação do PD após sua aprovação:

Faz-se pelos órgãos e agentes executivos municipais, sujeitos a todas as suas normas e diretrizes na realização dos empreendimentos planejados, notadamente na execução das obras e serviços locais, na urbanizável, na aprovação dos loteamentos para fins urbanos, na formação dos núcleos industriais, no controle da edificação e das atividades particulares que possam afetar a vida e o bem-estar da comunidade e na preservação ambiental, que constitui preocupação urbanística de todo e qualquer planejamento territorial. (MEIRELLES 2006, pág. 541)

Assim, tanto o planejamento quanto a execução das ações acontecem através das ações dos gestores do município ou sob a responsabilidade deles, com o objetivo de desenvolver o município de forma planejada e sustentável. A Lei nº 10.257/2001 em seu artigo 40, Inciso 4º diz que:

§ 4º. No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo Municipais garantirão:

- I. A promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativa dos vários segmentos da comunidade;
- II. A publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- III. O acesso a qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2001)

E mostra como deve ser a apresentação, aprovação e fiscalização do PD, sendo ele elaborado em conjunto com a sociedade sua maior beneficiária, pois conhece as particularidades do município, e ajudará no planejamento e fiscalização, que para isso, os documentos e ações devem, além de respeitarem as legislações, estarem claros e transparentes e de fácil acesso a população. Para Resende o PD deve ser elaborado e executado a favor de todas as pessoas envolvidas e de fácil entendimento:

A prática do planejamento nos municípios visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar as condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegura a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas. (RESENDE 2007, pág. 04)

A gestão pública municipal possui muitas peculiaridades devendo ser cuidadosamente planejada de acordo com a individualidade de cada município, respeitando sempre as legislações vigentes para que as outras gestões possam dar continuidade nos trabalhos que visam a melhoria do bem-estar da população.

1.1 Município de São João d'Aliança – GO, cidade turística

O município de São João d'Aliança fica no estado de Goiás a uma distância de 127 km de Brasília-DF e à 70 km de Alto Paraíso de Goiás cidade turística popularmente conhecida na chapada dos Veadeiros. A região da chapada dos Veadeiros possui 8 municípios, dentre eles está o município de São João d'Aliança, que segundo o censo de 2018 do IBGE, possui uma população estimada de 13.387, no censo de 2017 aponta que o município possui uma área territorial de 3.327,379

Km². Os outros municípios são: Campos Belos; Cavalcante; Nova Roma; Colinas do Sul; Monte Alegre de Goiás; Teresina de Goiás e também o município já citado aqui de Alto Paraíso de Goiás.

A origem do município de São João d'Aliança se deu através de uma povoação no antigo município do Forte, hoje é um simples povoado, e se denominava Olhos d'Água, porque havia diversas nascentes na região. Em 1910, segundo o Anuário Estatístico e Geográfico do Estado de Goiás, o povoado possuía apenas duas casas e uma Capela dedicada a São João e denominava-se Capetinga, nome originário de ribeirão que banha a região. Após um certo período tornou-se conhecido por São João da Capetinga, em louvor ao padroeiro e a denominação antiga normal. Em 22 de abril de 1931 o povoado foi elevado a categoria de vila com o novo topônimo de São João D'Aliança em homenagem a Aliança liberal que triunfou em 1930 tornando-se sede do Município do Forte, que tornou a condição de povoado pela Lei Estadual nº 793 de 6 de março de 1931, que determinara a transferência da sede municipal. Em 1939 foi extinto o município voltando a condição de distrito pertencente ao município de Formosa – GO. Quinze anos depois, pela Lei Estadual nº 782 de 1º de outubro de 1953 foi novamente elevado a município instalado em 1º de janeiro de 1954 com o mesmo topônimo de São João D'Aliança.

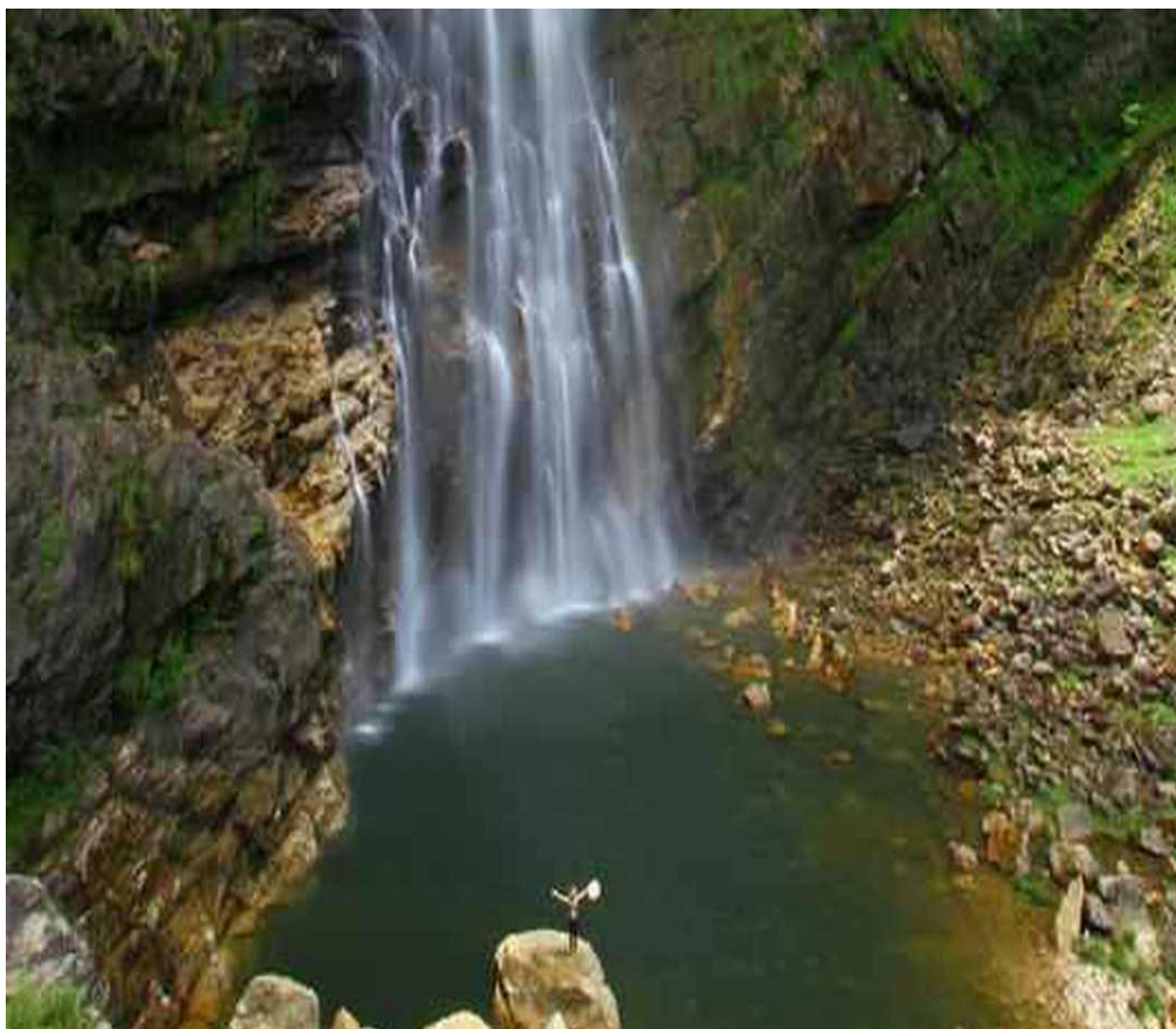
O município de São João d'Aliança não era conhecido como área com potencial turístico até começar a divulgação da cachoeira Label e da gruta Bocaina pertencente ao município, esta divulgação ganhou impulso em 2018 com o incentivo da atual prefeita Débora Domingues Cavalcêdo Barros. O jornal Correio Brasiliense publicou uma reportagem que também foi divulgada na internet no dia 27 de fevereiro de 2018 pela Jéssica Eufrásio relatando sobre a cachoeira Label “apesar de ser visitada por moradores da região desde 1980, a abertura ao público só ocorreu há menos de um mês, em 29 de janeiro: área ganhou trilha, sinalização, restaurante e espaço para camping”. Segundo o jornal a cachoeira possui 187 metros de altura, sendo a maior queda d'água no estado de Goiás, estando entre as seis maiores do país, ela supera em 19 metros o Salto do Itiquira (localizada no município de Formosa- GO), que até então era considerada a maior queda d'água do Goiás. As figuras a seguir revelam a exuberância da cachoeira Label e da gruta Bocaina:

Figura 1: Cachoeira Label. Foto: Lon David/ travessia ecoturismo:



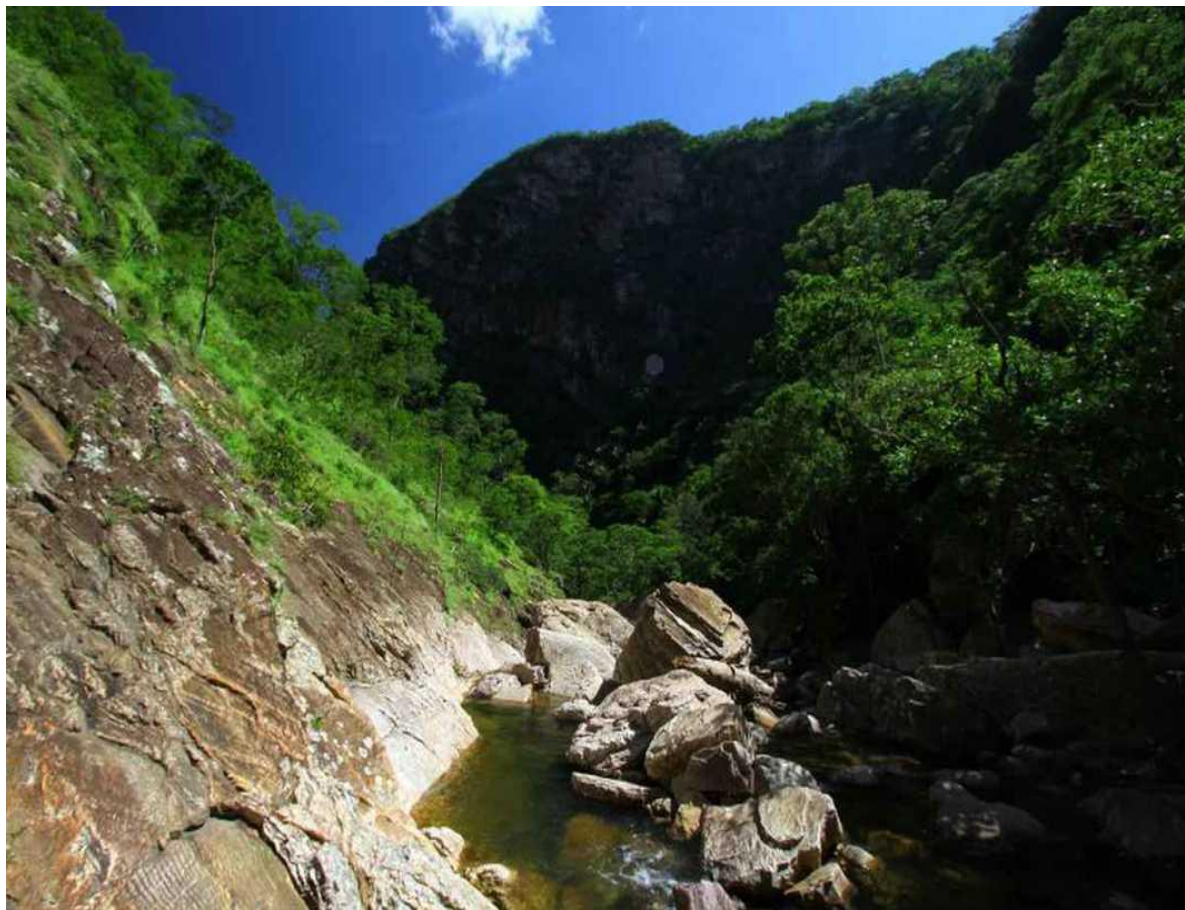
Fonte: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/27/interna_cidadesdf,662437/qual-a-maior-cachoeira-de-goias.shtml . Acesso em 05/02/2019

Figura 2: Cachoeira Label. Foto: Lon David/ travessia ecoturismo:



Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/27/interna_cidadesdf,662437/qual-a-maior-cachoeira-de-goias.shtml . Acesso em 05/02/2019

Figura 3: Cachoeira Label. Foto: Lon David/ travessia ecoturismo:



Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/27/interna_cidadesdf,662437/qual-a-maior-cachoeira-de-goias.shtml . Acesso em 05/02/2019

Bocaina de Farias

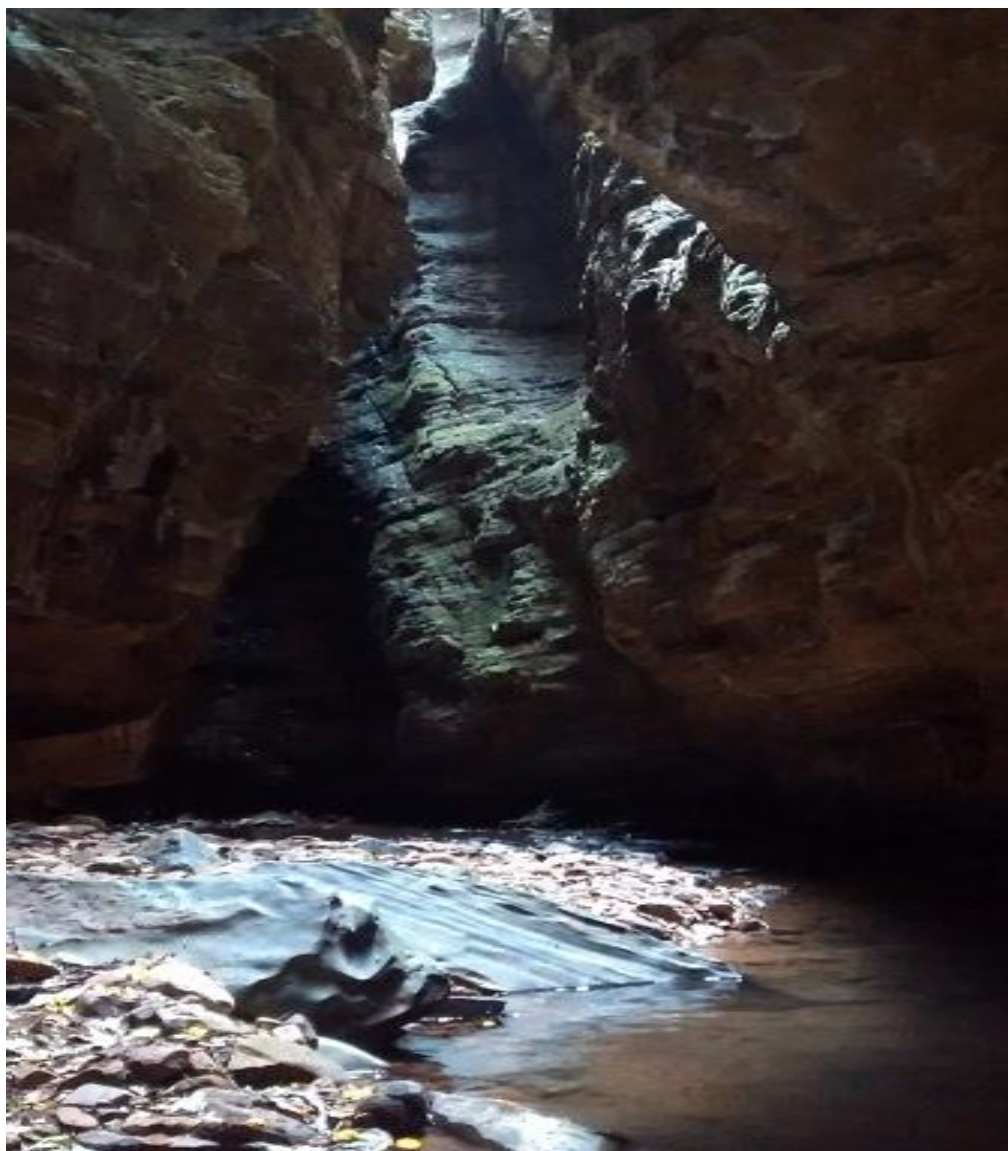
Figura 4: Bocaina de Farias:



Fonte:

<https://www.google.com/search?q=gruta+bocaina+em+s%C3%A3o+jo%C3%A3o+d%27alian%C3%A7a&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwilyamIyaTgAhVYIrkGHdgbAdIQsAR6BAgEEAE&biw=1360&bih=657> . Acesso em 05/02/2019

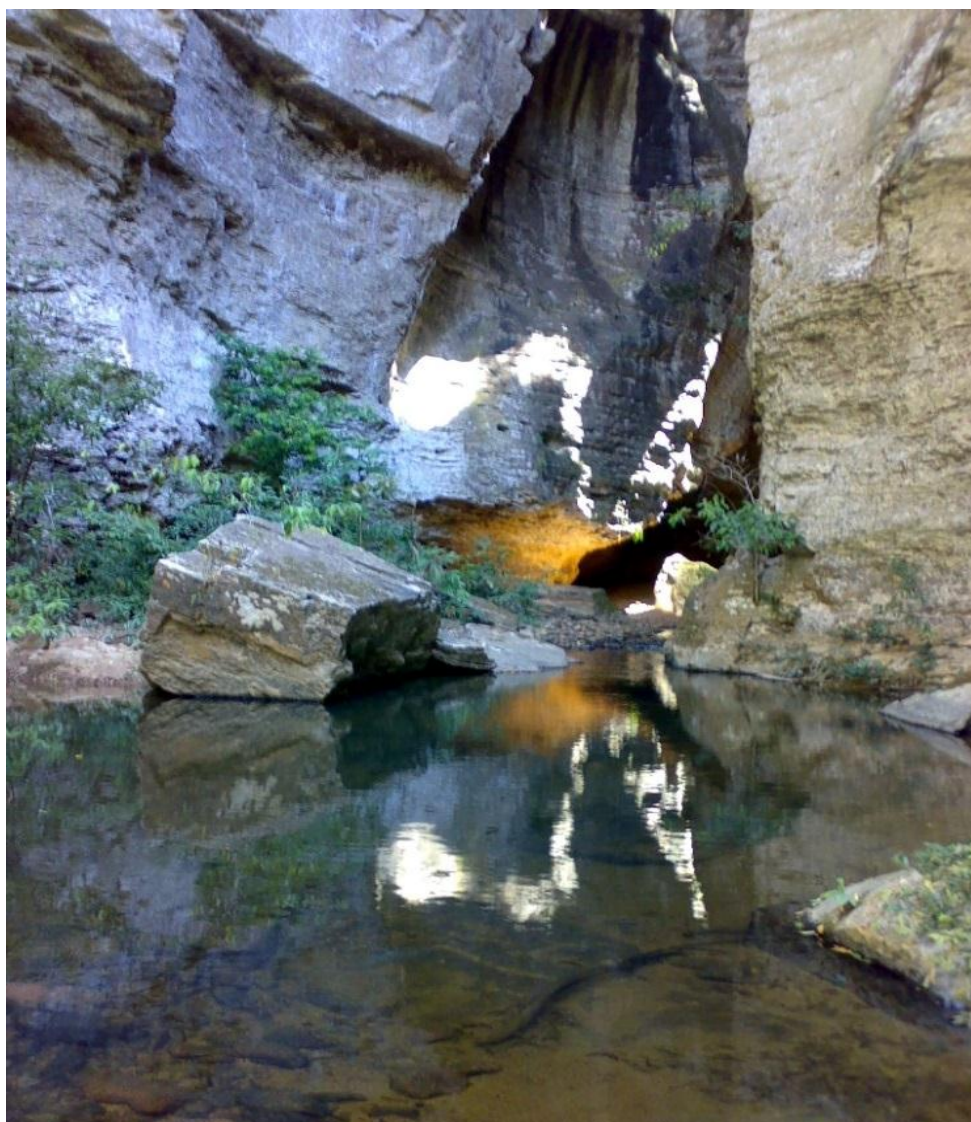
Figura 5: Bocaina de Farias:



Fonte:

<https://www.google.com/search?q=gruta+bocaina+em+s%C3%A3o+jo%C3%A3o+d%27alian%C3%A7a&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwilyamIyaTgAhVYIrkGHdgbAdIQsAR6BAgEEAE&biw=1360&bih=657> . Acesso em 05/02/2019

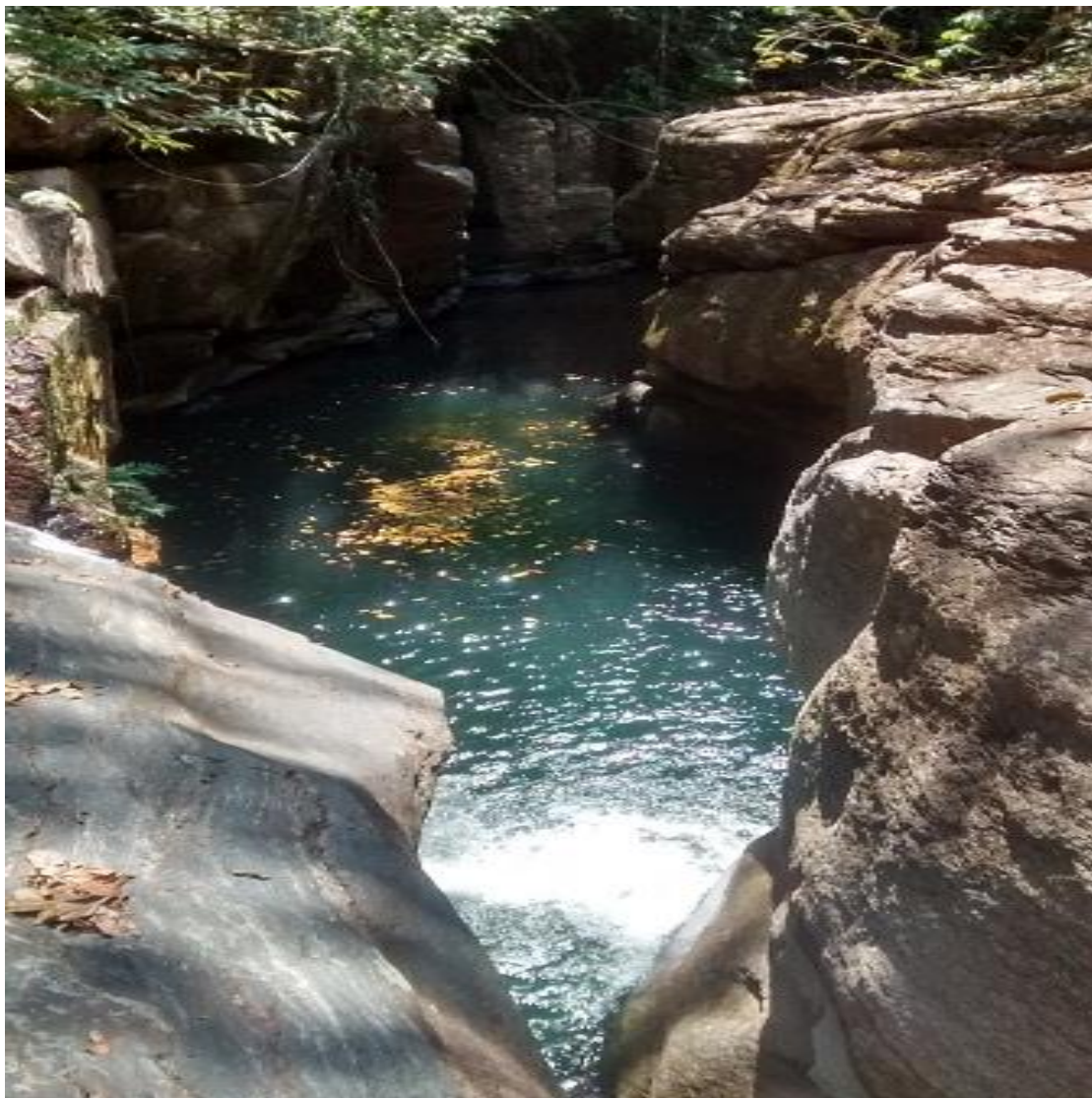
Figura 6 Bocaina de Farias:



Fonte:

<https://www.google.com/search?q=gruta+bocaina+em+s%C3%A3o+jo%C3%A3o+d%27alian%C3%A7a&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjlyamIyaTgAhVYIrkGHdgbAdIQsAR6BAGEEAE&biw=1360&bih=657> . Acesso em 05/02/2019

Figura 7 Bocaina de Farias:



Fonte:

<https://www.google.com/search?q=gruta+bocaina+em+s%C3%A3o+jo%C3%A3o+d%27alian%C3%A7a&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjlyamIyaTgAhVYIrkGHdgbAdIQsAR6BAGEEAE&biw=1360&bih=657> . Acesso em 05/02/2019

Através da divulgação desses atrativos turísticos no município houve um avanço significativo no aumento de turistas, e assim possibilitou uma movimentação maior na economia. Economistas explicam as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente sendo que o sistema econômico atua em um determinado espaço, auterando-o conforme o seu crescimento. Assim, pode-se dizer que a economia apresenta impactos sobre o meio ambiente, os quais são função da escala (tamanho, dimensão) do sistema econômico e do estilo dominante de crescimento

economico, sendo este o modo pelo qual aquele sistema se expande. (Andrade, 2008; Mueller, 2007).

A cidade possui condições precárias e o crescimento desordenado implicaria em péssima opção para os turistas. Segundo de 2010 o município apresenta apenas uma quantidade de 6,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 39% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçadas, pavimentações e meio-fio).

1.2 Desafios para o planejamento urbano

Com o aumento do turismo na cidade, haverá um crescimento desordenado que poderá afetar o meio ambiente. Esse crescimento das cidades é frequente devido à migração da população rural para a zona urbana.

Urbanização é quando há um crescimento maior da população Urbana em relação a população Rural. Este índice de crescimento urbano está representado na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Crescimento populacional:

ANO	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO			GRAU DE URBANIZAÇÃO
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315				31,24
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397	3,84	1,58	2,34	36,16
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457	5,24	1,57	3,04	44,67
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037	5,22	0,57	2,89	55,92
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706	4,44	-0,62	2,48	67,59
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475	2,97	-0,67	1,93	75,59
2000	137.925.238	31.947.618	169.872.856	2,49	-1,29	1,66	81,19
2010	160.925.792	29.830.007	190.755.799	1,55	-0,68	1,17	84,36

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A partir da década de 1950 uma grande parte da população passou a residir nas cidades, passando a ter um grau considerável de Urbanização, daí então houve um aceleração na urbanização, isso corresponde a fatores da industrialização, que veio com a “política desenvolvimentista” do Governo de Juscelino Kubitschek.

O conceito de urbano e rural vem do Decreto-Lei n. 311 de 1938 que transformou em cidades todas as sedes municipais independentemente de suas características estruturais e funcionais e do impacto que geram no ecossistema. Por isso, contabiliza como urbana toda a população de povoados, vilarejos e até aldeias indígenas situadas dentro do perímetro urbano dos municípios. (Pinheiros, 2010. Pág. 15)

As maiores consequências do êxodo rural para as cidades é o grande crescimento desordenado acarretando as favelas e trânsito congestionados, além disso, como consequências há a poluição de rios com o esgoto, a poluição do ar com indústrias e automóveis, poluição sonora, poluição visual, entre outras.

Há uma grande diversidade de características das cidades brasileiras desde o número de habitantes, quanto a localização, a configuração espacial e riquezas naturais, como também nas diferenças culturais e formação histórica. Essa diversidade torna único cada um dos municípios e saber fundamentar essa individualidade é fundamental para as propostas de planejamento das cidades.

Muitas pesquisas e estudos podem contribuir para mostrar a diversidade dos municípios, como destaque tem: o Instituto brasileiro de Geografia e estatística (IBGE); o Instituto de Planejamento e Pesquisa Aplicada (IPEA); as pesquisas acadêmicas forçadas nas questões urbanas, em redes universitárias como o Observatório das Metrópoles; a Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR); Núcleo altos estudos Amazônicos. Estes estudos revelam características físicas, históricas culturais econômicas e demográficas das cidades. Pinheiro fala sobre a origem das cidades:

Pela sua origem, as cidades primeiras do Período Colonial – nas quais o traçado inicial das ruas foi se fazendo com a construção de cada nova casa – são bem diferentes daquelas

que surgiram a partir de planos governamentais como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Palmas ou Rondonópolis. São também diferentes dos municípios situados nas novas fronteiras de desenvolvimento agrícola e extrativista. É o caso dos 84 municípios dos Estados do Pará e do Mato Grosso situados ao longo da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, que antes da chegada do asfalto viram crescer no seu território, feito cogumelos, novos assentamentos que impactaram a floresta e a qualidade de vida dos seus moradores. (Pinheiro, 2010. Pág. 19)

Outra marca considerável dos municípios são as desigualdades, ela divide os habitantes entre pobres e ricos, e expressa a economia, o ritmo do desenvolvimento e principalmente na qualidade de vida e acesso a seus habitantes a serviços básicos. A desigualdade dos municípios são medidos através de diversos indicadores.

Os indicativos ou indicadores são para comparar as diferenças entre sociedades, e permite trazer informações que condizem a realidade, seu objetivo é coletar uma serie de informações, mas reter apenas os aspectos essenciais analisados. Eles servem como medidas de processos produtivos e são usados como resumo de sistemas complexos, e contribui principalmente para políticas publicas, servindo, por exemplo, para evitar desastres, além do governo, as empresas também utilizam desses indicadores para buscar estratégias de sustentabilidade, além disso, qualquer que tenha interesse em diversas atividades econômicas pode usa-los também.

Os principais indicativos que medem as desigualdades entre os municípios são:

Produto Interno Bruto (PIB):

É um indicador monetário que representa o desenvolvimento das atividades econômicas de um dado local por um período de tempo. É um importantíssimo indicador, mas não representa a realidade da divisão do dinheiro de uma certa localidade, pois na prática não se divide igualitariamente o dinheiro entre as pessoas, dessa forma, o PIB é um indicador genérico das condições econômicas. Segundo Pinheiro (2010. Pág. 20) o PIB é “que mede a riqueza em bens e serviços finais produzida em uma determinada região.”

Segundo a revista Mundo da Educação o PIB é calculado conforme as despesas, ou seja, os gastos praticados no país, sendo operado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{PIB} = \text{CF} + \text{IP} + \text{GG} + \text{BC}$$

Dessa forma, o PIB nada mais é do que o Consumo Familiar (CF) somado ao Investimento Privado (IP), que é o gasto das empresas, mais o Gasto Governamental (GG) e o resultado da Balança Comercial (BC), que é o valor das exportações diminuído pelo valor das importações.

Trata-se de um cálculo extremamente complexo, que envolve uma imensidão de dados e informações estatísticas sobre empresas, pessoas físicas, investimentos públicos, destino de importações e exportações, entre outras questões. No Brasil, ele é operado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde 1990, antes disso, esse trabalho era realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O PIB é considerado um importante indicador do crescimento de um determinado país, sendo utilizado como referência para gestores e empresários que buscam destinar os seus investimentos para aqueles locais em que esse índice transmite um melhor desempenho da economia local. Quando o valor do PIB é elevado, significa que a economia local está se desenvolvendo; quando ele é baixo ou próximo a zero, significa que não houve crescimento no período; e quando ele é menor que zero, quer dizer que há um processo de recessão em curso.

Uma importante referência econômica é o PIB per capita, que é o valor do Produto Interno Bruto dividido pela população total, ou seja, a geração de renda proporcional aos habitantes de um país ou região.

Outra referência é o PNB, o Produto Nacional Bruto, que representa a soma do PIB com as riquezas que entram no país menos as riquezas que deixam o território, apontando uma melhor noção da renda que permanece no local de origem. A partir desse índice, calcula-se a renda per capita, que significa a divisão do PNB pela população.

Coeficiente de Gini:

É um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda de um país, unidade federativa ou município, dentre outros. Esse parâmetro foi desenvolvido pelo estatístico Italiano Corrado Gini mede a desigualdade entre as classes social através da renda domiciliar per capita.

Índice de desenvolvimento Humano (IDH):

É uma avaliação comparativa que serve para mensurar o desenvolvimento da humanidade a partir da qualidade de vida e bem estar desfrutado em cada território terrestre.

O IDH é uma importante avaliação que permite classificar os países em ranking de acordo com o grau de desenvolvimento humano. E passou a ser o principal componente do relatório produzido pela ONU (Organizações das Nações Unidas). O Relatório para o Desenvolvimento Humano (RDH) integra o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Assim o IDH é utilizado como comparativo para distinguir os países pelo grau socioeconômico. E dessa forma, os dados do IDH se tornaram muito importante na tomada de decisões da Agenda Mundial.

Índice de Exclusão social

Este índice busca aferir o percentual de excluídos em cada um dos municípios e Distrito Federal do Brasil, e tem como base as condições necessárias de vida através de cinco variáveis: privação de água tratada, saneamento, coleta sistematizada de lixo, educação e renda.

Índice de Exclusão social (IES)

Este índice mostra além do IDH, ele mede a pobreza absoluta (pessoas que não conseguem ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários para sobreviver), e permite verificar o percentual de excluídos em cada região do país. Segundo Pinheiro (2010. Pág 21) “Segundo os dados do Índice de Exclusão Social – IES de 2003, em quase um terço dos municípios, mais da metade de sua população vivia na pobreza absoluta. Na região Nordeste, 77,1% dos municípios encontram-se nessa mesma situação.”

Para resolver as desigualdades e irregularidades dos municípios é necessário uma política pública voltada para estudos concretos e planejamento eficaz, o Plano Diretor e o estatuto das cidades podem trazer soluções para esses problemas.

O estatuto das cidades vem trazer garantias para as pessoas de segurança e bem estar social, e equilíbrio ambiental. O estatuto estabelece normas de ordem pública e resguarda interesses coletivos.

Devido a movimentos populares no período de elaboração da constituição de 1988, tornou-se um símbolo ao se tratar pela primeira vez em seu texto das cidades e também da participação popular nas decisões. Assim, em seus artigos 182, 183 representa uma conquista aos que lutaram pelas cidades, habitação e serviços públicos de qualidade. Foi instituído pela constituição de 1988 no artigo 182, e incita a obrigatoriedade para cidades com mais de 20 mil habitantes, turística ou em região metropolitana com intuito de ser instrumento básico na política de desenvolvimento e expansão urbana. E através de embates e discussões passaram a construção de instrumento legislativo que pudesse tratar especificadamente da política urbana, constituído como estatuto da cidade, ele reúne importantes dispositivos que podem garantir a efetividade do plano diretor no município, o estatuto é responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal.

O Estatuto oferece novas regras, e oferece instrumentos para a organização das cidades e tem como fundamento:

Direito à Cidade e à Cidadania: compreende o acesso de todos os cidadãos a terra, à moradia digna, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte, ao lazer, ao saneamento ambiental e ao meio ambiente sadio.

Atendimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana: reorienta a ação do estado, do mercado imobiliário e da sociedade para a democratização do acesso ao solo urbano. Ou seja, exige que o proprietário de imóvel, público ou privado, cumpra a destinação de interesse da coletividade (social, cultural ou ambiental) definida no Plano Diretor do município.

Gestão democrática: integra planejamento, gestão e controle social ao reconhecer que a cidade se produz por uma multiplicidade de agentes, que devem ter suas ações coordenadas e participativas na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Reconhecimento da cidade informal: define estratégias e instrumentos para a sua legalização. (Pinheiro, 2010. Pág. 61)

O Plano Diretor do município caracteriza um novo modelo de Gestão, nele explica as características e suas necessidades, e planeja novas mudanças de procedimentos interno da Prefeitura e uma nova relação de Governo e sociedade para cumprir projetos sociais e monitorar e avaliar os rumos que cada política pública irá tomar. Foi instituído pela constituição de 1988 no artigo 182, e incita a obrigatoriedade para cidades com mais de 20 mil habitantes, com intuito de ser instrumento básico na política de desenvolvimento e expansão urbana.

De modo simplificado, podemos dizer que o planejamento urbano no País é expresso por meio de duas vertentes: as normas e os planos. As normas são expressas nas denominadas leis urbanísticas, em particular na Lei de Parcelamento e na Lei de Uso e Ocupação do Solo (ou de Zoneamento). (Pinheiro, 2010. Pág. 86)

O Plano Diretor é feito em forma de Lei Municipal e apresentado como documento, os planos tradicionais são feitos por especialistas através de estudos e pesquisas e apresentado como documento técnico-científico.

1.3 Necessidade da elaboração do Plano Diretor para a cidade de São João d'Aliança- Goiás”.

É necessária a elaboração e a implantação do Plano Diretor na cidade de São João d'Aliança para que haja um desenvolvimento sustentável sem que haja degradação do meio ambiente. O plano diretor deve possuir características adequadas a uma gestão sustentável em todos os aspectos, promovendo resultados eficazes a população.

Sem dúvida nenhuma, o Plano Diretor é um instrumento essencial para uma administração científica e indispensável para o gestor municipal, pois, essa prática de planejamento visa corrigir as distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para os cidadãos locais, remover

empecilhos institucionais, e assegurar propostas estratégicas, que remetem os objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo. Envolve procedimentos de busca de informações e dados disponíveis em publicações, teses, livros, artigos e documentos.

A pesquisa bibliográfica possibilita a análise de vasto material para a aferição de conhecimento, para tanto a quantidade de informação disponível através de meios eletrônicos ou físicos são imensas, sendo necessário um senso crítico para a escolha dos autores para basilar a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância de discutir a respeito do planejamento das cidades, e mostrar como o documento Plano Diretor é eficaz nesta proposta.

Os procedimentos de pesquisa foram realizados através de pesquisas de livros e revistas em bibliotecas e consulta a internet através do banco de dados disponíveis do Bireme, LILACS, PubMed, Science Direct e Scielo.

Autores como Pinheiro, Resende, dentre outros, foram destaque por subsidiarem esta pesquisa e por trazerem concepção teórica de sumo valor, servindo principalmente de suporte para alcançar o objetivo de persuadir o leitor com o tema e com os objetivos aqui propostos.

Pinheiro em seu artigo “Plano Diretor e Gestão Urbana” nos traz conhecimentos que mostram um olhar diferenciado para as cidades para entender

as causas dos seus problemas mais visíveis que se agravam a cada ano: a insegurança e a violência; a degradação ambiental; e principalmente a desigualdade social. Além disso, revela a eficiência que o planejamento municipal pode trazer principalmente com a execução do PD.

Também faz parte desta pesquisa o autor Resende que traz em sua obra pesquisas e construção teórica no que diz respeito a questões dos constantes desafios das cidades e a alta necessidade no avanço nas técnicas de planejamento por parte do Governo local.

Estes autores foram destaque por subsidiarem esta pesquisa e por trazerem concepção teórica de sumo valor, servindo principalmente de suporte para alcançar o objetivo de persuadir o leitor com o tema e com os objetivos aqui propostos.

O referencial teórico “Capítulo 2” foi abordado a seção do “Plano Diretor” que corresponde as descrições pertinentes de o que é o documento, seus objetivos e suas características principais. Na sessão seguinte: “São João d’Aliança –GO: Cidade Turística”, revela o porte turístico que a cidade tem, e que ainda é pouco conhecida. Como subseção foi abordado o tema “Desafios para o planejamento urbano” que fala sobre a dificuldade que as cidades encontram em fazer o Plano Diretor. O tema” Necessidade da elaboração do Plano Diretor para a cidade de São João d’Aliança- Goiás”, que relata a importância da implantação do Plano Diretor na cidade de São João D’Aliança, devido ao seu grande potencial turístico e para que haja uma sustentabilidade sem prejuízos para o meio ambiente. O quadro 2 mostra os objetivos da pesquisa, as fontes dos dados, tipos de dados coletados, as técnica e instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise dos dados, veja a seguir:

Quadro 2: demonstrativo da Metodologia de pesquisa:

Objetivos	Fontes dos dados	Tipo de dados coletados	Técnica e instrumentos de coleta de dados	Técnicas de análise dos dados
Revelar a real importância do Plano Diretor em uma cidade do interior Goiano com atrativos turísticos.	Jornal Correio brasileiro	Fotos, pesquisas	Pesquisas em artigos e teses, tirar fotos nos locais turísticos	Análise bibliográfica
Identificar a realidade turística do município de São João d’Aliança – GO.	Jornal Correio brasileiro	Fotos, matérias publicadas em revistas	Busca em portais de notícias	Análise documental

Analisar problemas de infraestrutura na cidade que revela a necessidade da implantação do Plano Diretor.	projetos	Dados sobre infraestrutura irregular.	Busca sistemática em documentos na prefeitura	Análise documental
Levar a percepção do leitor à necessidade do Plano Diretor para cidades com interesse turístico.	Literatura de Pinheiro sobre o plano diretor	Pesquisas	Busca de informações e dados disponíveis em publicações, teses, livros e artigos	Análise bibliográfica

Fonte da autora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O planejamento traz uma grande importância para as cidades, e poder contar com um documento Legal e com estratégias e objetivos, como o Plano diretor, é garantir meios de alcançar objetivos na prática. O Plano Diretor determina como será o patrimônio físico e financeiro de modo a atender as necessidades da população sem que haja degradação do meio ambiente.

É necessário que o PD seja implantado em cidades com potencial turístico, pois irá desenvolver um plano sustentável que irá atentar para resolver questões econômicas, financeiras, políticas e socioambiental do município. Substituir medidas corretivas por medidas preventivas subsidiará as políticas locais par alcançar o desenvolvimento sustentável. A prevenção sempre será uma melhor solução do que a correção, além de ser menos agressiva ao meio ambiente e ao bem-estar social, e também possui menor custo de implantação, ou seja, dependendo do impacto causado ao meio ambiente levará centenas de anos para a recuperação. Para Beni o Plano Diretor sustentável deve ser:

- Sustentabilidade ecológica, aquela que incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para adequada proteção ambiental.
- Sustentabilidade social, criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma equidade na distribuição do ter.
- Sustentabilidade econômica possibilita melhor alocação e gestões mais eficientes dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado.
- Sustentabilidade espacial é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada. Atentando sempre para a capacidade de carga e sustentação e plano de manejo e monitoramento.

- Sustentabilidade cultural engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando assim, a preservação do patrimônio histórico e a continuidade das tradições culturais.
- Sustentabilidade política privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local até o global.
- Sustentabilidade institucional é a que assegura o modelo de governança para o desenvolvimento local. (BENI 2007, p. 127)

O planejamento sustentável tem como objetivo oferecer condições públicas que proporcionem a população saúde e qualidade de vida, tendo em vista que a maioria que mais utiliza os serviços públicos são a população de baixa renda, pois apresenta maiores problemas sociais, ambientais e econômicos e o Plano Diretor auxilia nesses problemas físico-territoriais.

A gestão municipal desenvolve ações que influenciam direta e indiretamente na vida da população, a gestão pública que é estabelecida através de estratégias que envolvem o Plano Diretor, tem como responsabilidade o desenvolvimento urbano, e proporciona melhorias físico-territoriais a toda população local.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O plano Diretor embora não seja o único instrumento de planejamento das cidades que as políticas urbanas dispõem, ele é de suma importância por se mostrar essencial a proteção do meio ambiente natural, artificial e cultural, trazendo conteúdo e objetivo, e tornando um meio eficaz e seguro, depois de aprovado em Lei.

Quando se refere ao município de São João D'Aliança – GO, observa-se uma inércia dos gestores municipais em elaborar o Plano Diretor, pois não estão adstritos a hipótese de cidade com mais de 20 mil habitantes, ou pertencente a aglomerações urbanas e regiões metropolitanas. Ou seja, embora se trate de um município com grande potencial turístico – a lei afirma ser obrigatória a criação do Plano Diretor, mas não estipula prazo determinado – assim, os gestores não tem interesse a elabora-lo e isso torna uma conduta altamente pernicioso ao meio ambiente. Dessa forma, não há regulação para o uso e ocupação do solo, permitindo que particulares

se instalem empreendimentos em áreas que poderiam ser alvos de proteção ambiental ou cultural.

REFERÊNCIAS

Andrade, D. C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, 14, 1-31. 2008.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lei/LEIS_2001/l10257.htm acesso em 24/03/2019

CONTANDRIOPOULOS, A.-P.; CHAMPAGNE, F.; POTVIN, L.; DENIS, J.-L. BOYLE, P. *Saber preparar uma pesquisa*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Frtaleza. UEC. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível no site: <https://ww2.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 21/03/2019.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

MEIRELLES, H. L. *Direito Municipal*. 14º Edição. São Paulo: Malheiros, 2006.

Mueller, C. C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Finatec. 2007.

Pinheiro, Otilie Macedo. *Plano diretor e gestão urbana / Otilie Macedo Pinheiro*. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

RESENDE, ULTRAMARI. Denis Alcides Resende. Clovis Ultramari. *Plano Diretor e Planejamento Estratégico Municipal: Introdução Teórico-Conceitual*. Editora RAP. Rio de Janeiro. 2007.

RIBEIRO, L.C.Q. ; CARDOSO, A. L (Orgs). *Reforma Urbana e Gestão Democrática: Promessas e Desafios do estatuto da Cidade*. 2003.

SILVA, J. A. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo. Malheiros, 2000.

GLOSSÁRIO

➤ Retenção especulativa:

A retenção especulativa de um imóvel urbano ocorre quando o proprietário não investe em seu terreno e não vende, esperando que seu valor aumente.

Fonte|: http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Estatuto_comp.html

Acesso em: 09/04/2019.

➤ Macrozoneamento:

O macrozoneamento é o primeiro nível de definição das diretrizes espaciais do Plano Diretor, estabelecendo “um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo na cidade, em concorrência com as estratégias de política urbana” (Brasil, 2002, p. 41). Ele é um referencial geral para o Município, conferindo uma coerência para sua lógica de desenvolvimento.

Fonte: BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

➤ Lei de Parcelamento:

Lei Nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; estabelece os padrões urbanísticos mínimos para implantação de loteamento urbano, tais como sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários, áreas públicas, bem como as responsabilidades dos agentes privados(proprietários, loteadores, empreendedores) e do Poder Público; e tipifica os crimes urbanísticos.

Fonte: Nelson Saule Júnior. 2000. P. 03. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/nova-lei-do-parcelamento-do-solo-urbano-e-as-funcoes-sociais-da-cidade/> Acesso em: 09/04/2019.

➤ Físico-territoriais: É a estrutura espacial de uma localidade.

Fonte: www.urbanismo.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33

Acesso em: 09/04/2019.

ANEXOS

Anexo A – Cachoeira Label

Figura 8: Cachoeira Label:



Fonte da autora

Anexo B – Cachoeira Label

Figura 1: Cachoeira Label:



Fonte da autora

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: Cristina Magda Ângelo de Almeida Nascimento		
RG: 5099279 SPTC - GO	CPF: 02191546196	E-mail: acrismagda@hotmail.com
Telefone:	Celular: 62 999169352	Data de apresentação: 27/04/2019
Título: Plano Diretor: Necessidades de Implantação em Cidade Turística		
Palavras-chave: Planejamento, Sustentabilidade, Cidade turística		
Curso: Pós- Graduação em Gestão pública Municipal		Departamento: Administração
Tipo: () Graduação - Licenciatura () Graduação - Bacharelado () Graduação - Dupla Habilitação (X) Especialização		Orientador: Eline dos Anjos

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: (X) Total () Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da <u>monografia completa</u> , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante <u>justificativa</u> lida e assinada pelo <u>orientador do trabalho</u> , que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
<p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.</p> <p>Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p>
LICENÇA DE DIREITO AUTURAL
<p>Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.</p> <p>A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.</p> <p>Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.</p>

Alto Páris - GO, 06/05/2019
 Local Data
Cristina Magda A. de A. Nascimento
 Assinatura do Autor